

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.056 - SP (2018/0342259-8)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MARCIO AURÉLIO FERNANDES DE CESARE E
OUTRO(S) - SP312158
AGRAVADO : MULTTEC CONSTRUÇOES LTDA
ADVOGADO : HENRIQUE SERAFIM GOMES E OUTRO(S) - SP281675

DECISÃO

O Município de São Paulo interpõe agravo contra decisão que negou seguimento ao seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, com o objetivo de reformar acórdão assim ementado pelo Tribunal de Justiça Estadual (fl. 603):

APELAÇÃO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE - INFRAÇÕES DE TRÂNSITO - PESSOA JURÍDICA - MULTA POR AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO CONDUTOR - Pretensão à anulação das multas de trânsito decorrentes da ausência de indicação, por pessoa jurídica, do condutor, diante da ausência de notificação - Sentença de improcedência - Pleito de reforma da sentença - Cabimento - Notificações de autuação quanto às infrações originais expedidas dentro do prazo legal - Falta de dupla notificação e consequente extemporaneidade verificada quanto às infrações atribuídas à pessoa jurídica em razão da “não indicação do condutor” - Inteligência dos arts. 281 e 282 do CTB (Lei nº 9.503, de 23/ 09/ 1.997) e Súm. 312, de 23/ 05/ 2.015, do STJ - Inversão do ônus da sucumbência, com observação de isenção do apelado das custas/ despesas processuais, salvo restituição das eventuais pagas pela apelante - Sentença reformada - APELAÇÃO provida, para declarar a nulidade das infrações pela “não identificação do condutor infrator”.

Em suas razões especiais, o recorrente aponta violação do art. 281, II, do Código de Trânsito Brasileiro, defendendo a desnecessidade de nova (dupla) notificação da pessoa jurídica proprietária de veículo flagrado na prática de infração de trânsito, tendo em vista que a alegada exigência é hipótese de infração por obrigação acessória, vinculada à obrigação principal (multa por desrespeito às leis de trânsito).

Após o oferecimento de contrarrazões (fls. 628-639), o Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso especial (fl. 640), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

No que concerne à alegação de violação do art. 281, II, do CTB, sem razão o recorrente nesse ponto, estando o acórdão recorrido em

consonância com a jurisprudência deste STJ, no sentido de que em se tratando de multa aplicada à pessoa jurídica proprietária de veículo, fundamentada na ausência de indicação do condutor infrator, é obrigatório observar a dupla notificação: a primeira que se refere à autuação da infração e a segunda sobre a aplicação da penalidade, conforme estabelecido nos arts. 280, 281 e 282 do CTB.

Sobre a questão, os seguintes julgados:

AÇÃO ORDINÁRIA - Multas de trânsito - Trânsito de caminhões e veículos de carga em dia e/ou horário não abrangido pelas Autorizações Especiais em vias e áreas restritas denominadas Zona de Máxima Restrição de Circulação - ZMRC, Zona Especial de Restrição de Circulação - ZERC e Vias Estruturais Restritas VER – Autuações mantidas - Pedido de nulidade de sanções aplicadas por infração ao artigo 257, § 8º, do Código de Trânsito Brasileiro, consistente na não identificação do condutor infrator quando o veículo está registrado em nome de pessoa jurídica - Desnecessidade de nova notificação, com a qual a alegada exigência não se coaduna por se tratar de hipótese de infração por obrigação acessória concernente ao interesse da fiscalização - Sentença mantida - Recurso não provido.

[...]

A irresignação merece acolhimento.

[...]

Com efeito, o Tribunal de origem decidiu contrário à jurisprudência deste Superior Tribunal, que entende que as normas previstas nos arts. 280, 281 e 282, do CTB, devem ser aplicadas à multa do art. 257, § 8º, do referido diploma legal. Isto é, dentro do processo administrativo, para que haja a imposição de multa de trânsito, será necessária a notificação da autuação e da aplicação de pena decorrente da infração. Incide no caso, a Súmula 312/STJ.

[...]

Ante o exposto, com fundamento no art. art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do Agravo e dou parcial provimento ao Recurso Especial, para declarar a nulidade das multas relativas à não indicação do condutor, por parte da pessoa jurídica proprietária do veículo, que não tenham respeitado a necessidade das prévias notificações da autuação e da aplicação da pena.

[...] AREsp 1150193/SP, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, Julgamento em 31/10/2017, Dje. 06/11/2017)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. MULTA POR AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DE VEÍCULO DE PROPRIEDADE DE PESSOA JURÍDICA. NECESSIDADE DE DUPLA NOTIFICAÇÃO (AUTUAÇÃO DA INFRAÇÃO E POSTERIOR IMPOSIÇÃO DE MULTA).

1. Controverte-se sobre acórdão que reformou a sentença do juízo de primeiro grau para anular a imposição de penalidade por ausência de indicação do condutor do veículo.

2. A Corte local consignou que, embora seja possível aplicar multa à pessoa jurídica proprietária de veículo, fundamentada na ausência de indicação do condutor responsável pela infração à legislação, é obrigatório observar a necessidade de dupla notificação: "a primeira que se refere à autuação da infração e a segunda sobre a aplicação da penalidade, conforme

estabelecido pelos artigos 280, 281 e 282 do CTB" (fls. 249-250, e-STJ).

3. Reconheceu que, não obstante essa multa não tenha por fato gerador uma infração de trânsito, "cuida-se de uma infração ao Código de Trânsito Brasileiro e não há nesta legislação qualquer exceção à aplicação" do procedimento estabelecido nos arts. 280 a 282 do CTB.

4. Com base nesse entendimento, anulou a imposição da multa porque: a) não foi respeitado o prazo para notificação da autuação (30 dias da data em que verificado que a proprietária não identificou o condutor); e b) na realidade, somente houve uma notificação, isto é, a da imposição da pena (quando seria obrigatória, como acima dito, notificar a empresa da autuação por infração ao dever de identificar o condutor do veículo).

5. O STJ já examinou o tema aqui discutido, concluindo que a norma dos arts. 280, 281 e 282 do CTB se aplica à imposição de multa por ausência de identificação do responsável pela condução do veículo por ocasião do cometimento de infração de trânsito. Precedente: AgInt no AREsp 906.113/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, DJe 8.3.2017.

6. Recurso Especial não provido" (REsp 1.666.665/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Dje de 19/06/2017).

Observado que o entendimento aqui consignado, lastreado na jurisprudência, é prevalente no Superior Tribunal de Justiça, aplica-se o enunciado da Súmula n. 568/STJ, nestes termos:

O relator, monocraticamente e no STJ, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, b, do RI/STJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator